



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

DECISÃO – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Empresa: CCOM TELECOM SERVIÇO LTDA ME.

Processo impugnação nº 05338/2025 (flowdocs)

Processo Licitatório: 03880/2025

Referente ao:

PREGÃO Nº: 001/2025

DATA DA ABERTURA: 17 de abril de 2025.

HORÁRIO: 10:00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LINKS DE INTERNET (comercial e dedicado).

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório será realizado na modalidade *PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor preço unitário, para PRONTA CONTRATAÇÃO*, com observância as disposições contidas no Decreto Municipal 3.847 de 12 de junho de 2024, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como suas posteriores modificações e demais normas complementares e disposições deste instrumento. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 01/04/2025 e no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 01/04/2025. Em ambas situações, os editais ficaram disponíveis para download na plataforma BLL compras (<https://bll.org.br/>), PNCP, Portal da transparência e na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA TEMPESTIVIDADE

O pedido de impugnação foi feito pela empresa CCOM TELECOM SERVIÇO LTDA ME, recebido por esta Prefeitura, tempestivamente. O mesmo foi enviado via plataforma BLL Compras em 10 de abril de 2025 e protocolado nesta Prefeitura sob o n.º 05338/2025 (Flowdocs).

DO PEDIDO

Em breve síntese, a impugnante informa da ilegalidade na exigência de mera declaração quanto à resolução conjunta nº 4/2014 e da ausência de justificativa técnica para o aumento da velocidade de 920 mbps.

No item II - DA ILEGALIDADE NA EXIGÊNCIA DE MERA DECLARAÇÃO QUANTO À RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 4/2014, a empresa impugnante informa que o item 9.10.1, **alínea “K” exige dos licitantes** “a apresentação de **declaração genérica** de que atendem a **todas as exigências** da Resolução Conjunta nº 4, de 16 de dezembro de 2014 (ANEEL/Anatel), que trata do preço de referência e das normas técnicas para o compartilhamento de postes entre distribuidoras de energia elétrica e prestadoras de serviços de telecomunicações”, informando que tal exigência foi solicitada de forma genérica e imprecisa, sendo insuficiente para comprovação mínima de regularidade técnica da empresa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

Além de informar que exigir a declaração dessa forma “viola o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (art. 11, I, da Lei nº 14.133/2021), pois permite que empresas em desconformidade com a norma apresentem declarações unilaterais sem respaldo técnico”.

No item III - DA AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA O AUMENTO DA VELOCIDADE DE 920 MBPS, a empresa informa que o edital “**repete** o objeto do **Pregão Eletrônico nº 56/2024**, que foi **anulado por decisão do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ)** justamente pela ausência de **justificativas técnicas e econômicas que sustentassem a elevação da taxa de download para 920 Mbps**, quando o histórico da Administração Municipal indicava o uso de apenas 50 Mbps”.

A empresa impugnante faz constar o registrado pela área técnica do TCE/RJ:

“Não se compreende as razões técnicas e econômicas que levaram a administração a optar pela capacidade de 920 Mbps de taxa de download (...), o que certamente poderia decorrer economia de dispêndios a serem realizados pelo município na execução contratual.”

Baseado no que informou o TCE/RJ, a empresa informa que ao examinar o novo edital de nº 01/2025, que o Termo de Referência apresenta justificativas genéricas, sem demonstrar qualquer elemento técnico concreto, tais como: “estudo de viabilidade; análise de tráfego; número de usuários simultâneos ou equipamentos conectados; comparação com o uso anterior; cálculo de custo-benefício”, incorrendo em **“reincidência da irregularidade já apontada pelo TCE/RJ, o que pode inclusive pode configurar desobediência à Corte de Contas e resultar em responsabilização”**, solicitando:

1. **Conheça e acolha a presente impugnação**, determinando a **retificação do edital** para:
 - a) Exigir **documentação comprobatória mínima e objetiva** do atendimento à Resolução Conjunta nº 4/2014, quando aplicável, e não mera declaração genérica;
 - b) Incluir **justificativa técnica e econômica fundamentada** que sustente a necessidade da contratação de links com velocidade de **920 Mbps**, com base em estudo técnico preliminar detalhado, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021;
2. **Suspenda o certame**, caso necessário, até que as adequações sejam promovidas;
3. Publique nova versão do edital com as alterações devidas, em respeito aos princípios da legalidade, motivação, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

DO JULGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

Sempre é bom lembrar que o Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...).

Antes de analisarmos e julgarmos a impugnação, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, a Secretaria de Planejamento e Gestão, para análise e pronunciamento, uma vez que a solicitação de impugnação refere-se à parte técnica, que elaborou o Estudo Técnico Preliminar e Termo de referência.

DA RESPOSTA DO SETOR SOLICITANTE (SECRETARIA DE SAÚDE)

O processo foi enviado à Secretaria de Planejamento e Gestão, para que fosse feita análise e manifestação quanto à impugnação interposta. Segue resposta abaixo e em arquivo anexo:

(...)

“Pela razão apresentada, somado aos fatos de que o Poder Executivo Municipal não possui corpo técnico, estrutura física necessária para a realização dos estudos avançados citados e compreendendo a necessidade de comprovar tecnicamente o que foi justificado no item ‘5.1.4.1.1’ do Estudo Técnico Preliminar anexado, solicito a suspensão do certame para novos estudos e adequações”.

(...)

A resposta completa da impugnação feita pela Secretaria de Planejamento e Gestão será disponibilizada na totalidade na aba “Arquivos”.

DA RESPOSTA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O processo, também, foi encaminhado Procuradoria Geral do Município para que fosse feita análise, manifestação e parecer quanto à impugnação interposta. Segue em anexo o parecer e abaixo trecho final da resposta:

(...)

“Diante do exposto, opino pelo deferimento in totum da impugnação apresentada pela empresa CCOM TELECOM SERVIÇO LTDA ME, conforme anexada no evento #1 dos presentes autos e pela suspensão da licitação até serem sanadas as situações acima narradas”.

A resposta completa do parecer feito pela Procuradoria Geral do Município será disponibilizada na totalidade na aba “Arquivos”.

Diante do exposto, tanto pela Secretaria de Planejamento e Gestão, Secretaria requisitante, bem como, pela Procuradoria Geral do Município, esta Pregoeira/Agente de Contratação acrescenta que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

Considerando o pedido de impugnação ao Pregão Eletrônico nº 01/2025, apresentado pela empresa *CCOM TELECOM SERVIÇO LTDA ME*, por meio da Plataforma BLL Compras e protocolado através do processo nº 05538/2024 (Flowdocs);

Considerando que essa Pregoeira/Agente de Contratação entende que o procedimento licitatório deverá ser conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao instrumento convocatório;

Considerando que esta Pregoeira/Agente de Contratação entende que, qualquer empresa licitante e apta a participar da licitação, deve possuir igualdade de oportunidades entre todos os interessados, bem como, esta Prefeitura tem como objetivo buscar pela melhor proposta em estrita observância ao princípio da impessoalidade. Tal desejo objetiva garantir a transparência, a competitividade, e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;

Considerando resposta pelo setor solicitante quanto ao item II impugnado - DA ILEGALIDADE NA EXIGÊNCIA DE MERA DECLARAÇÃO QUANTO À RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 4/2014, que respondeu que: “Esta obrigação estará elencada no contrato firmado entre o Poder Executivo Municipal e a contratada e será requisitado pelos fiscais de contrato, sendo documento imprescindível para continuidade dos serviços”, entendendo esta Pregoeira que o documento pertinente a este item deverá ser solicitado de maneira correta e em cláusula específica na efetiva contratação do objeto.

Considerando resposta pelo setor solicitante quanto ao item III impugnado - DA AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA O AUMENTO DA VELOCIDADE DE 920 MBPS, que respondeu:

“Pela razão apresentada, somado aos fatos de que o Poder Executivo Municipal não possui corpo técnico, estrutura física necessária para a realização dos estudos avançados citados e compreendendo a necessidade de comprovar tecnicamente o que foi justificado no item ‘5.1.4.1.1’ do Estudo Técnico Preliminar anexado, solicito a suspensão do certame para novos estudos e adequações”.

Considerando a informação da impugnante de que o edital repete o objeto do Pregão Eletrônico nº 056/2024, bem como, o constante no parecer da Procuradoria Geral do Município quanto “os pontos controvertidos que deverão ser objeto de estudo técnico preliminar – ETP e termo de referência, conforme demonstrado no v. Acórdão n. 6707/2025 do TCE-RJ, restou como elementos para anulação do edital”, citando inclusive tais pontos;

Considerando o entendimento da Procuradoria Geral do Município opinando pelo deferimento *in totum* da impugnação apresentada pela empresa *CCOM TELECOM SERVIÇO LTDA ME*;

Esta Pregoeira/Agente de Contratação opina pelo deferimento da impugnação interposta, tendo como parâmetro de julgamento o informado pela Secretaria solicitante e Procuradoria Geral do Município, informando que o Pregão nº 01/2025 foi adiado “sine die” para alterações do estudo



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

técnico preliminar, mapa de risco e termo de referência, bem como, que o processo foi enviado ao Exmo. Sr. Prefeito para deliberação.

Por fim, informo que cabe ao Pregoeiro o dever de cumprir o que lhe foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Art. 1º, III, da Lei Complementar nº 096/22.

DA DECISÃO

Diante do exposto, na qualidade de Pregoeira/Agente de Contratação, tendo como base o entendimento da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, Secretaria demandante do objeto, bem como, do parecer da Procuradoria Geral do Município, opina pelo **DEFERIMENTO** do pedido de impugnação, feito pela empresa **CCOM TELECOM SERVIÇO LTDA ME**, razão pela que o Termo de Referência, demais documentos e Edital deverão ser alterados e o Pregão nº 01/2025 adiado *sine die*, informando que tão logo essas alterações sejam realizadas, o referido Pregão será remarcado respeitando dos prazos legais. Após dê publicidade ao ato, bem como, que a resposta seja disponibilizada na plataforma BLL Compras, bem como publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 16 de abril de 2025.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO

Pregoeira/Agente de Contratação